MONTEIRO LOPES (1867-1910), UM "LÍDER DA RAÇA NEGRA" NA CAPITAL DA REPÚBLICA

Carolina Vianna Dantas[*]

A imagem das primeiras décadas republicanas no Brasil que se encontra consolidada na historiografia remete à inexistência de espaços de participação e intervenção política, ao predomínio absoluto dos esquemas oligárquicos, ao imobilismo, ao vazio de ideias e de propostas alternativas de poder. Entretanto, como uma historiografia mais recente tem demonstrado, é importante considerar que, a despeito da restrição do direito ao voto, das fraudes e da violência, as eleições cumpriam papel significativo no sistema político nas primeiras décadas republicanas: tinham a função pedagógica de mobilizar votantes e não votantes de formas diversas e cediam espaço a uma estratégica circulação das elites, introduzindo alguma dose de renovação e competição (ainda que restrita).[1]

[*] Bolsista PRODOC/CAPES no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Uma bolsa de pesquisa concedida pela Fundação Biblioteca Nacional durante o segundo semestre de 2008 possibilitou os primeiros passos dessa investigação, agora em fase de ampliação e aprofundamento.

[1] Ver Ângela de Castro Gomes & Martha Abreu, "A nova "velha" república: um pouco de história e historiografia", *Tempo*, vol. 13, n° 26 (2009); Américo Freire, "Fazendo a república: a agenda radical de Irineu Machado", *Tempo*, vol. 13, n° 26 (2009). Marcelo Magalhães, "Ecos da política: a capital federal (1892-1902)" *(*Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense 2004); Cristina Buarque de Holanda, *Modos de representação política. O experimento da Primeira República brasileira*, Belo Horizonte: UFMG/Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009; Surama Conde Sá Pinto, *A Correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política na Primeira República*, Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998; Claudia Viscardi, *O Teatro das Oligarquias*: *uma revisão da política do café com leite*, Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

Embora os temas da participação e da representação política na Primeira República tenham contado, nos últimos anos, com renovadas abordagens, até a década de 1990, a investigação sobre a atuação política dos negros no período ainda era uma seara pouco explorada. Mas, desde então, é possível identificar um investimento em pesquisas que recuperam sua participação em revoltas urbanas e rurais, em mobilizações por melhores condições de vida, autonomia e igualdade de tratamento no movimento operário, na imprensa, no teatro de revista, no mercado fonográfico e na organização de espaços próprios, como irmandades, associações dançantes, clubes recreativos, centros cívicos, entidades de representação política, grupos carnavalescos e times de futebol etc.[2]

No entanto, ainda há muitos silêncios historiográficos a serem problematizados. A atuação da Guarda Negra, conforme apontou Flávio Gomes, é um bom exemplo disso. Com sua própria lógica e coerência – evidenciando a "destreza política" que escravos e libertos podiam ter – , foi praticamente descartada pela historiografia, sobretudo em suas formulações sobre a arena política e as relações raciais na Primeira República. As intercessões entre a memória dos vencedores e esses silêncios levaram o autor a concluir que, apesar da severa repressão empregada pelos primeiros governos republicanos a fim de silenciar as questões e conflitos raciais, eles estiveram presentes em movimentos populares, nos debates parlamentares, nas ruas, nos jornais e no cotidiano de homens e mulheres negros durante Primeira República.[3]

---

[2] Ver, por exemplo, Teresa Meade, "Living Worse and Costing More: Resistance and Riot in Rio de Janeiro, 1890-1917", *Journal of Latin American Studies*, vol. 21 (1989); Flávio Gomes, *Negros e política (1888-1937)*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005; Wlamyra Albuquerque, *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2009; Petrônio Domingues, *Uma história não contada. Negros, racismo e branqueamento em São Paulo*, São Paulo: Editora SENAC, 2004; Martha Abreu, "O 'crioulo Dudu': participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890-1920)", *Topoi*, n° 20, vol. 11 (2010); Marcelo Badaró Mattos, *Escravizados e livres. Experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*, Rio de Janeiro: Bom texto, 2008; Maria Cecília Velasco e Cruz, "Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905-1930", *Afro-Ásia*, n° 24 (2000); Beatriz Ana Loner, "Líderes operários, líderes negros", *XXVIII International Congress of the Latin American Studies Association*, 2009.

[3] Flávio Gomes, "'No meio das águas turvas': raça, cidadania e mobilização negra na cidade do Rio de Janeiro, 1888-1889", *in* Flávio Gomes, *Experiências atlânticas* (Passo Fundo: UPF, 2003).

Assim, mesmo marcado por alguns silêncios profundos, o conjunto dessas novas abordagens fornece pistas importantes sobre os esforços de determinados grupos formados por negros em criar e legitimar espaços capazes de oferecer possibilidades de expressão, mobilização e participação política naquele tempo. Mas, para identificar e compreender a dinâmica desses espaços e seus desdobramentos é preciso pensar a partir do alargamento do conceito de participação política, estendendo sua definição às atitudes, aos comportamentos e às estratégias para além do exercício do voto e do resultado das eleições.[4] A atuação do "líder negro" Monteiro Lopes (1867-1910) e suas formas de "fazer política" ajudam a dimensionar as possibilidades e os limites desses espaços, além de representarem caminhos possíveis de integração, reivindicados por negros na Primeira República.

O objetivo desse artigo é, em primeiro lugar, encaminhar uma reflexão sobre a experiência de mobilização política de ex-escravos e seus descendentes em torno da eleição de Monteiro Lopes para deputado federal em 1909. E, em segundo lugar, registrar os processos de negociação da cidadania e de "fazer política", daí decorrentes.

De Recife à capital federal, em busca do reconhecimento público

"Negro retinto";[5] "homem de cor";[6] homem público "[...] afamado pela inteligência e filho de africanos [...]";[7] "[...] líder dos negros. Bem fa-

[4] Considerado de forma ampliada, o conceito de cultura política pode ser uma ferramenta válida para a compreensão dos embates políticos cotidianos, das aspirações políticas de determinados grupos e atores não dominantes, dos valores e das práticas compartilhados por eles e das estratégias utilizadas para assumirem papéis de protagonismo político em determinados momentos. Para o debate sobre cultura política, ver Serge Berstein, "La culture politique", in Jean-Pierre Rioux & François Sirinelli (orgs.), *Pour une histoire culturelle* (Paris: Éditions du Seuil, 1997); Eliana Dutra, "História e culturas políticas: definições, usos e genealogias", *Varia História*, n° 28 (2002), e Andrea Marzano, "Ascensão social, participação política e abolicionismo popular na segunda metade do século XIX", in Martha Abreu; Rachel Soihet & Rebeca Gontijo (orgs.), *Cultura política e leituras do passado* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007).

[5] José Maria Bello, *Memórias*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1958, p. 64.

[6] Edigar de Alencar, *O carnaval carioca através da música*, Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1965, p. 71.

[7] Alberto Deodato, *Políticos e outros bichos domésticos: crônicas*, Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1962, p. 221.

lante, trajando com esmero e desfrutando de certo prestígio político [...]";[8] "líder da raça negra, suando reivindicações, a falar sempre, muito alto";[9] "bom negro";[10] "[...] histórico republicano, que tinha trovoada na voz e perdigotos nas palavras [...] de estatura regular, gordo e de cor preta desbotada, beirando a mulato, brincalhão e simpático [...]".[11] Trata-se de Monteiro Lopes, que se definia politicamente como republicano, socialista não revolucionário, defensor dos trabalhadores e um oposicionista das políticas estaduais.[12] Era admirador de João Pinheiro,[13] Tolstoi, Lombroso[14] e Fracisco Ferrer.[15]

Manoel da Motta Monteiro Lopes nasceu livre no mês dezembro de 1867 (as fontes indicam diferentes dias de nascimento: 11, 17 e 25) em Recife, Pernambuco. Seus pais, Jerônimo da Motta Monteiro Lopes e Maria de Paula Lopes, ainda tiveram mais quatro filhos: José Elias Monteiro Lopes, um advogado que exerceu o ofício de Juiz de Direito na cidade de Cametá, no Pará; João Clodoaldo Monteiro Lopes, republicano e advogado no Recife; e Maria Julia e Taciana Monteiro Lopes, ambas professoras, que casaram com homens, assim como seus irmãos, dotados de formação superior. Tal fato foi ressaltado em vários obituários publicados nos jornais na ocasião do falecimento de Monteiro Lopes, em 1910.

Há poucas informações sobre Jerônimo e Maria de Paula, sendo impossível determinar se viveram a experiência do cativeiro, se eram

---

[8] Alencar, *O carnaval carioca*, p. 71.

[9] Luiz Edmundo, *O Rio de Janeiro do meu tempo*, Rio de Janeiro: Xenon, 1987, p. 197.

[10] Afonso Arinos de Mello Franco, *Um estadista da república*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1955, p. 1284.

[11] Sebastião Martinez, *Pimenta, amor e chibata*, Rio de Janeiro: H. Antunes, 1977, p. 25.

[12] Ver *Anais da Câmara dos Deputados*, 13/09/1910, e Afonso Arinos de Melo Franco, *Um estadista da república*, p. 625.

[13] Monteiro Lopes era um grande admirador de João Pinheiro, daí ter proposto a suspensão de uma sessão da Câmara em homenagem ao 2° aniversário de morte do político republicano mineiro. A sua proposta foi rejeitada. Ver *Anais da Câmara dos Deputados*, 24/10/1910, p. 348.

[14] Em 19/10/1909, Monteiro Lopes solicitou que a Câmara registrasse em ata um voto de "profundo pesar" pela morte de Cesaire Lombroso, justificando que "Devido às suas pesquisas [...] conhecemos hoje o criminoso nato [...]." Além disso, alegou que "como político [...] Lombroso era um convencido radical socialista". *Anais da Câmara dos Deputados*, 19/10/1910, p. 182.

[15] Na sessão do dia 14/10/1909, Monteiro Lopes registrou sua indignação, como "republicano socialista", ao "ultraje" que teria sido o fuzilamento do "educador libertário" espanhol Francisco Ferrer. *Anais da Câmara dos Deputados*, 14/10/1909, p. 525.

africanos ou brasileiros. Quando citados nos obituários de Monteiro Lopes, os nomes de seus pais não vinham precedidos de nenhum qualificativo que pudesse vinculá-los à escravidão. Apenas um memorialista, Sebastião Martinez – que afirmou ter conhecido Monteiro Lopes pessoalmente – mencionou que o "deputado negro" era filho de africanos, sem dizer, contudo, se haviam sido cativos.[16] Alguns obituários também mencionaram que Jerônimo era operário.[17]

A partir da formação e da trajetória dos filhos da família Monteiro Lopes, pode-se afirmar que tinham um projeto de ascensão social baseado na educação formal e na busca do reconhecimento público, já que, ao que tudo indica, eram pobres. A própria trajetória de Monteiro Lopes é um indicativo disso.

Segundo informação da *Gazeta de Notícias*, Monteiro Lopes fez seus primeiros estudos no Ginásio de Pernambuco, de onde saiu em 1883 com o diploma de Bacharel em Humanidades. No mesmo ano, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, formando-se em 1889. Em seguida, defendeu tese, doutorando-se. Exerceu a advocacia em sua cidade natal até 1892, quando foi convidado para o cargo de Chefe de Polícia do Estado do Amazonas. Por divergir da situação política do estado não chegou a assumir o posto. No mesmo ano foi nomeado Promotor Público em Manaus, ocupando mais tarde o cargo de Juiz de Direito na mesma cidade. Em 1894, partiu em direção à capital federal.[18]

A partir das informações localizadas, é razoável afirmar que a essa época Monteiro Lopes já estivesse casado com Anna Zulmira Gomes, pois em 1910, ano em que faleceu, seu único filho, Aristides Gomes Monteiro Lopes, era menor de idade e estava matriculado no 5° ano do Colégio Militar.[19]

---

[16] Martinez, *Pimenta, amor e chibata*, p. 24.

[17] Ver *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *A Tribuna* e *Correio da Manhã*, entre 13 e 15 de dezembro de 1910.

[18] Há uma controvérsia quanto a essas datas: o jornal *Correio da Manhã* afirmou que Monteiro Lopes esteve no Pará e no Amazonas em 1890, exercendo o cargo de Chefe da Polícia em Manaus durante esse ano. Em 1891, teria, então, partido para o Rio de Janeiro com o objetivo de exercer a advocacia na cidade, o que não foi possível confirmar em outras fontes.

[19] O decreto federal n. 2.567, de 17 de janeiro de 1912, concedeu as "pensões anuais de 2:400$ a D. Anna Zulmira Monteiro Lopes, viúva de Manoel da Motta Monteiro Lopes, e 1:200$ a

Contudo, se Monteiro Lopes veio para o Rio de Janeiro a convite de alguém, se já mantinha contatos na cidade ou por quais motivos decidiu partir para a capital federal ainda é uma incógnita. Através das fontes localizadas até agora, é possível saber que exerceu o ofício de advogado na cidade do Rio até 1903 e que, na ocasião das eleições de 1909, os jornais já o identificavam como "advogado de irmandades", "defensor dos operários", "líder dos pretos".

Algumas outras pistas ajudam a compor seu perfil. Sabemos que atuou ativamente no movimento abolicionista e na campanha republicana. O registro do jornal *Correio da Manhã*, de que Monteiro Lopes chegou a figurar na "vanguarda do movimento" abolicionista,[20] é um indício do seu possível envolvimento com atividades de quilombos abolicionistas. [21]

Monteiro Lopes vestia-se de maneira formal e sóbria: de casaca em tecido pesado e de cor escura, projetando uma aparência de seriedade e altivez. Residia no subúrbio, perto da Estação do Rocha – localidade próxima à área portuária da cidade e que, atualmente, pertence ao bairro do Caju – e mantinha um escritório nas imediações da Praça Tiradentes. Publicou o folhetim *Os miseráveis do Recife*, no jornal recifense *Eco do Povo* em 1887,[22] e o romance-novela *Drama de sangue*, em 1890, em fascículos.

Entre os homens públicos com os quais estabeleceu relações de afinidade na capital federal estão Lopes Trovão (branco, republicano histórico, agitador de comícios populares), Evaristo de Moraes (negro, rábula, atuou como advogado de várias associações sindicais), José do Patrocínio (negro, jornalista, abolicionista e Intendente Municipal), Hemetério dos Santos (negro, professor do Colégio Militar, defendia ideias antirracistas), Libâneo de Souza (negro, veterano da guerra do Paraguai

seu filho menor, Aristides Gomes Monteiro Lopes", <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/b2394d7e1ab9a97003256 9b9004e148d/0684a7516d5a7868032569f a006ba8b6?OpenDocument&AutoFramed>, acessado em 12/01/2009. Ainda não consegui localizar o inventário de Monteiro Lopes, se é que existe.

[20] *Correio da Manhã*, 14/12/1910.

[21] Eduardo Silva, *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura*, São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 32.

[22] José Ramos Tinhorão, *Os romances de folhetim no Brasil: 1830 à atualidade*, São Paulo: Duas cidades, 1994, p. 75.

Monteiro Lopes fotografado em uma rua da cidade do Rio de Janeiro. Jornal A Tribuna, 04/05/1909. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional

e operário), Ezequiel dos Santos (negro, participante dos meios operários e Intendente Municipal).[23]

Além desses laços de afinidade, Monteiro Lopes também se associou a algumas instituições e frequentou determinados estabelecimentos, participando de suas atividades. São os chamados lugares de sociabilidade, isto é, espaços de fermentação intelectual e política e de relações afetivas, "[...] um ponto de encontro de itinerários individuais [...]" em torno dos quais debateu questões e viveu experiências comuns.[24]

Monteiro Lopes participava das atividades da *Sociedade União dos Homens de Cor do Rio de Janeiro,* era membro ativo da *Irmandade de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário* e mantinha relações políticas estreitas com os trabalhadores negros do *Centro Internacional Operário.* Também manteve contato com associações negras fora do Rio, como a *Federação Paulista dos Homens de Cor*, o *Colégio São Benedito*, e com lideranças negras e operárias, como Rodolpho Xavier,[25] de Pelotas, e Benedito Florêncio,[26] de Campinas. Essa rede de sociabi-

---

[23] Optei por utilizar critério de classificação racial atual do Movimento Negro, referindo-me a "brancos" e "negros" como categorias políticas. Outra opção seria utilizar as categorias de época com as quais os próprios sujeitos de autoidentificavam, mas isso demandaria uma discussão mais alongada, que ultrapassa os limites deste artigo, haja vista, por exemplo, que Evaristo de Morais se identificava como "mulato" e "mestiço" somente quando sofria ataques de cunho racial por seus adversários; e José do Patrocínio, em suas próprias palavras, identificou-se como um homem "cor de tijolo queimado", havendo ainda outros para os quais não há registro de autoclassificação, mas, sim, de como eram classificados racialmente por terceiros na imprensa, como no caso de Hemetério dos Santos e de Monteiro Lopes, recorrentemente chamados de "preto" ou de "negro", ou Lopes Trovão, que por ser reconhecidamente branco, não tinha cor/raça anunciada ou autoanunciada. Para as informações citadas sobre Evaristo de Moraes e José do Patrocínio, ver Joseli Maria Nunes Mendonça, *Evaristo de Moraes, Tribuno da República*, Campinas: Editora da Unicamp, 2007, e José Murilo de Carvalho, "Com o coração nos lábios", in José Murilo de Carvalho, *Pontos e bordados. Escritos de história e política* (Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005).

[24] Jean-François Sirinelli, "Os intelectuais", in René Remond (org.), *Por uma história política* (Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996), p. 46.

[25] Rodolpho Xavier fundou em Pelotas, no ano de 1907, com um grupo de trabalhadores negros, o jornal *A Alvorada*, destinado ao debate sobre a condição dos negros, a lutar contra a discriminação étnica e pelos direitos dos operários. Ver Beatriz Ana Loner, "Antonio: de Oliveira a Baobad", < http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/Beatriz%20Loner%20completo.pdf>, acessado em 30/010/2009.

[26] Benedito Florêncio integrou a *Federação Paulista dos Homens de Cor* e, junto com Lino Guedes e Gervásio de Morais, fundou, em Campinas, no ano de 1923, o jornal *Getulino*. Ver Petrônio Domingues, "Consciência de cor", *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n° 11 (2006).

lidades indica que Monteiro Lopes transitava nos meios intelectuais, políticos, operários e associativistas, exercendo uma dupla militância,[27] já que era uma liderança para trabalhadores negros. Identificado às práticas políticas do "sindicalismo reformista",[28] as reivindicações e os projetos políticos defendidos na Câmara por Monteiro Lopes priorizavam a luta por direitos trabalhistas.[29] Já em seus discursos nota-se a aspiração por igualdade de tratamento entre negros e brancos, pelo acesso irrestrito dos negros às escolas e pelo acionamento da justiça em caso de discriminação racial, uma vez que o artigo 72 da Constituição de 1891 sustentava a igualdade de todos perante a lei.

A maioria das fontes menciona de forma genérica que Monteiro Lopes era reconhecido como uma liderança pelo operariado das fábricas, trabalhadores municipais da baixa hierarquia e "operários de cor das oficinas municipais e federais [...]".[30] No entanto, a partir das associações que participaram da mobilização em prol da sua posse e das homenagens prestadas na ocasião do seu falecimento, é possível identificar os grupos e as entidades com os quais se relacionava mais diretamente: sociedades

---

[27] Sobre a ideia de dupla militância, ver Beatriz Ana Loner, "Negros: organização e luta em Pelotas", *História em revista*, vol. 5 (1999) e Loner, "Antonio: de Oliveira a Baobad".

[28] Claudio Batalha, *O movimento operário na Primeira República*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, pp. 31-5.

[29] Quanto à atuação de Monteiro Lopes como deputado, suas principais intervenções e propostas relacionavam-se à questão dos direitos dos trabalhadores: a equiparação do operariado da União ao mesmo *status* do funcionalismo público; a crítica à exploração e ao abandono do operariado pelo Estado, sujeito à miséria e a toda sorte de acidentes; a falta de legislação sobre o trabalho no Brasil; a necessidade de criação de um Ministério do Trabalho; o absurdo da exploração do trabalho de menores e crianças e a situação precária em que ficavam as famílias de operários acidentados ou mortos; a concessão de aposentadorias e aumento de vencimentos para alguns trabalhadores etc. Argumentava que era necessário assegurar aos operários os direitos garantidos na Constituição Republicana, uma vez que a "república não era o regime da impunidade, da injustiça, dos privilégios e da desigualdade... Que se garanta ao menos o direito dos que trabalham [...]". Nenhum desses seus projetos foi aprovado. Ver, como exemplo, *Anais da Câmara dos Deputados*, 02/09/1909 e 13/09/1909. Note-se que, embora tenha passado por episódios de ridicularização por parte de outros deputados na Câmara – sobretudo por Germano Hasslocher – e os tenha respondido à altura, Monteiro Lopes jamais abordou a questão racial em seus discursos nessa casa legislativa. Suas ideias e reivindicações em relação à questão racial podem ser acompanhadas nos jornais através da transcrição de alguns de seus discursos em eventos públicos e entrevistas. Ver, por exemplo, *Correio do Povo*, 22/01/1910 e *A Opinião Pública*, 25/01/1910.

[30] Maurício de Lacerda, *Evolução legislativa do direito social brasileiro*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 85.

de resistência dos trabalhadores em trapiches e em café e em carvão; militares de baixa patente e alferes; operários do Arsenal da Marinha; mestres da locomoção; operários da fábrica de cartuchos de Realengo; bagaceiros da Estrada de Ferro Central do Brasil; operários do Engenho de Dentro; operários da Imprensa Nacional; trabalhadores do serviço de prevenção à febre amarela; trabalhadores das capatazias da Alfândega; e "associações onde o elemento preto superabunda".[31] Essa pista nos indica que muitos trabalhadores se identificaram com Monteiro Lopes em função de afinidades étnico-raciais, até porque muitos desses ofícios e associações reuniram grande contingente de trabalhadores negros.

Monteiro Lopes frequentava o afamado Café do Rio — localizado entre as ruas do Ouvidor e Gonçalves Dias. O lugar era ponto de encontro de estudantes das Escolas Militar e Politécnica e da Faculdade de Medicina, de jovens médicos, boêmios, jacobinos e de muitos políticos,[32] tais como Floriano Peixoto,[33] Tasso Fragoso, Ernesto Senna, Lopes Trovão, Herédia de Sá, Augusto Severo, Tavares de Lira, Lauro Müller, Barbosa Lima, Rosa e Silva, Irineu Machado, Serzedelo Correia, Sá Freire, Lauro Sodré, Pinheiro Machado, Augusto de Vasconcelos, Alcindo Guanabara, J. J. Seabra, Francisco Glicério, João do Rio, Luiz Edmundo, entre outros.

Na descrição dos frequentadores desse, feita por Luiz Edmundo, Monteiro Lopes teve seu nome precedido pela palavra preto.[34] Embora Francisco Glicério também fosse reconhecido publicamente como negro naquela época, seu nome não foi precedido por nenhum qualificativo

---

[31] *A Tribuna*, 04/05/1909.

[32] Ernesto Senna, *O velho commercio do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Garnier, s/d. [1912].

[33] Monteiro Lopes era um grande admirador de Floriano Peixoto, tendo participado de várias homenagens ao militar ex-presidente. Também discursou em seu enterro e depositou flores em seu túmulo no dia 13 de maio de 1909, após as homenagens a José do Patrocínio. Ver, Artur Vieira Peixoto, *Floriano, Memórias e Documentos*, Rio de Janeiro: Editora Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1939, pp. 212 e 271. Uma pista para os significados dessa admiração pode estar no "[...] apoio recebido por Floriano das camadas populares, em função da alta acelerada do custo de vida. De fato, o florianismo passou a simbolizar, para os extratos sociais médios e baixos, a luta contra os monopólios, a especulação e os altos lucros". Ver Elio Chaves Flores, "A consolidação da república: rebeliões de ordem e progresso", in Jorge Ferreira & Lucilia de A. N. Delgado (orgs.), *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente. Da proclamação da república à Revolução de 30* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008), pp. 63-4.

[34] Edmundo, *O Rio de Janeiro*, p. 197.

racial. Será que a intenção do memorialista era acentuar uma possível origem africana ou escrava dos pais de Monteiro Lopes? Também se pode aventar a hipótese de que ser negro, assumir-se como tal e empreender debates públicos sobre a questão racial, de fato, não tenha sido a opção de Glicério — senador por 13 anos, reconhecido tribuno/propagandista da república e fundador do Partido Republicano Federal. Segundo Abdias Nascimento e Elisa Larkin, Glicério foi um dos parlamentares negros que manifestaram posição ambígua ou contrária à escravidão. Na Convenção de Itu -– primeira convenção republicana brasileira, realizada em 1873 – ao avaliar o crescimento de campanha abolicionista, Glicério declarou: "Nosso objetivo é fundar a república, fato político, não libertar os escravos, fato social".[35]

De volta aos itinerários seguidos por Monteiro Lopes, outro memorialista mencionou que ele também ia ao Café Java, no Largo de São Francisco, frequentado pelos estudantes da Escola Politécnica, aos quais contava seus feitos como propagandista da república. De acordo com o memorialista Sebastião Martinez, os estudantes chamavam-no de "Tinteiro Lopes".[36]

De forma análoga às citadas acima, em geral, as menções a Monteiro Lopes na grande imprensa foram marcadas por esse qualificativo racial. Como observou Álvaro Pereira do Nascimento, esse jogo retórico com as unidades semânticas das categorias de cor era bastante comum no início do século XX. Esse tipo de associação, a partir da qual indivíduos eram identificados pela cor, acionava marcas do tempo do cativeiro, marcava hierarquias e impunha barreiras, funcionando com um predicado que sinalizava determinados estigmas inferiorizantes: como a condição de vagabundo, ladrão, "desinteligente", preguiçoso, mal-educado, desordeiro. "A cor é um predicado que informa parte de algo que acompanhava o indivíduo não-branco, algo que lhe era inato e com a

[35] Abdias Nascimento & Elisa Larkin, "O negro no congresso brasileiro", in Kabengele Munanga (org.), *História do negro no Brasil* (Brasília: MINC/Fundação Cultural Palmares/Cnpq, 2004), p. 108.

[36] Martinez, *Pimenta, amor e chibata*, p. 25.

[37] Álvaro Pereira do Nascimento, "Um reduto negro: cor e cidadania na Armada", in Flávio Gomes & Olívia M. G. da Cunha. *Quase-cidadão. Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil* (Rio de Janeiro: FGV, 2007), pp. 299-300.

designação da cor tornava-o transparente ao leitor".[37]

Monteiro Lopes foi citado por Lima Barreto como alguém que fazia discursos rebuscados para "mostrar que era ilustrado".[38] Já João do Rio e J. Brito, no monólogo *Chic Chic*, fizeram troça do deputado, utilizando para tal o recurso cômico do "falar estropiado dos negros".[39] Arthur Azevedo, por sua vez, fez pilhéria racial de Monteiro Lopes em um sainete teatral publicado na revista *O século*.[40]

Euclides da Cunha também utilizou o recurso da ironia para falar da degradação da república brasileira – que não valorizava seus méritos – associando-a à condição racial de Monteiro Lopes. Em carta dirigida a João Luiz, reclamava de não ter sido, a princípio, aprovado em um concurso para professor de lógica do Colégio Pedro II:

> Com o atual governo tenho poucas esperanças. Embora o Barão seja, de fato, o dono da situação – isto constitui mais um motivo para que eu não me aproveite da sua influência. Felizmente mudei-me para Copacabana onde estou numa situação maravilhosa... para ver navios! A ver navios! Nem outra coisa faço nessa adorável república, loureira de espírito curto que me deixa sistematicamente de lado, preferindo abraçar o preto Monteiro Lopes.[41]

Euclides da Cunha mostrava-se inconformado em ver um negro ser supostamente mais prestigiado publicamente que ele naquela república – o que encarou como um sinal da degradação do regime.

A folclorista Mariza Lira recolheu uma marchinha de carnaval cujo tema era o Monteiro Lopes. A letra debocha da pretensa motivação do político em comportar-se como membro do grupo dominante (fazer veraneio na cidade de Petrópolis), utilizando-se do tal falar arrevesado dos ne-

---

[38] Lima Barreto, *Correspondência*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1961, p. 71.

[39] Antonio Herculano Lopes, "Um forrobodó da raça e da cultura", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 21, n. 62, São Paulo (2006). A peça estreou em 1906 na cidade do Rio de Janeiro. Agradeço a Herculano Lopes as indicações sobre Monteiro Lopes no início dessa pesquisa.

[40] Arthur Azevedo, "Depois das eleições", *O século*, 03/04/1907.

[41] Euclides da Cunha, "Euclides da Cunha, carta de 10/06/1909", in Idem, *Correspondência ativa* (São Paulo: EDUSP, 1996), pp. 406-9.

[42] Alencar, *O carnaval carioca*, p. 71. Outra versão dessa marchinha foi publicada na revista *Fon Fon*, em 27 de fevereiro de 1909: "Juzé Virissimu, Monteiru Lopis/Juzé Virissimu, Monteiru Lopis/Tomáru a barca/Fôro p'ra Petropis/Tomáru a barca/Fôro p'ra Petropis." Algumas referências de época indicam que José Veríssimo era negro, o que pode ajudar a explicar sua associação a Monteiro Lopes e a tais estigmas.

gros: "Monteiro Lopi/De colete branco/Tomou a barca/Foi pra Petropi".[42]

Parece razoável afirmar, então, que a ascensão social conquistada e a ocupação de importantes espaços políticos entre trabalhadores negros e na política formal por Monteiro Lopes despertaram a recorrência de tais injúrias. Como observou Isabel Lustosa, não importava se um indivíduo negro havia recebido educação formal, conquistado reconhecimento público ou que fosse uma pessoa influente: era considerado, antes de tudo, negro – anátema da inferioridade. E se tivesse alcançado destaque social ou ostentasse pose e orgulho publicamente, também era considerado fora do seu lugar.[43]

Entretanto, em meio à predominância de práticas e valores racialmente discriminatórios em relação aos negros, houve quem tivesse mantido publicamente posições antirracistas, incluindo brancos. Luiz Edmundo, ao comentar sobre a prática de esportes na cidade, relatou sem precisão de data que, por serem negros, Monteiro Lopes e sua mulher foram barrados no bar do pavilhão de regatas – construído por Pereira Passos no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro. Ao ver o dono do estabelecimento, em ato racialmente discriminatório, impedir o casal de entrar, uma mulher branca, a intelectual boêmia Maria de Bragança e Melo, foi ao bairro da Saúde e voltou com trinta estivadores negros. Sem que o dono do bar tivesse tempo de reagir, todos entraram e se acomodaram para serem servidos em resposta à discriminação sofrida por Monteiro Lopes no recinto.[44]

As práticas de discriminação racial estavam presentes, portanto, no cotidiano da população negra no Rio de Janeiro. As barreiras baseadas nas diferenças raciais se manifestavam de muitas formas e em intensidades diferentes e foram compreendidas pelas pessoas contra as quais eram erigidas de forma diversa. Às vezes, apareciam sob o manto

---

[43] Isabel Lustosa, *Trapaças da sorte. Ensaios de história política e história cultural*, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004, pp. 273 e 281.

[44] Edmundo, "*O Rio de Janeiro*", p. 197 e 255. Em outra ocasião, quando Monteiro Lopes foi a Pelotas agradecer o apoio em prol da sua posse, embora tenha sido recebido por uma multidão negra em festa, foi, mais uma vez, barrado em um estabelecimento. Mesmo já tendo feito uma reserva no Hotel Grindler, o deputado foi avisado de que, por ser negro, só poderia hospedar-se ali em um quarto ao lado da cozinha. Monteiro Lopes recusou e dirigiu-se ao Hotel Brasil, onde foi adequadamente recebido. Ver José Antonio dos Santos, "Trabalhadores e Movimento Negro: negociação e conflito no sul do Brasil", *Saeculum*, n. 10 (2004).

do humor, como no caso das pilhérias ou, de maneira direta, no caso das suspeições policiais e dos obstáculos ao acesso a postos de trabalho, escolas, cargos públicos, associações, hospitais, teatros, hotéis, bares.[45]

Mas o fato é que Monteiro Lopes, afirmando-se como negro, republicano, letrado e defensor dos trabalhadores, conseguiu rapidamente conquistar reconhecimento público na capital federal. Depois de exercer a advocacia por cerca de 10 anos, em 1903 foi eleito e reconhecido como membro do Conselho Municipal do Distrito Federal. Sua atuação destacou-se pela defesa de benefícios para os operários, tendo apoiado, entretanto, por quase todo o mandato as medidas reformadoras do Prefeito Pereira Passos. Segundo informação da revista *Careta*,[46] Monteiro Lopes ter-se-ia oposto ao *Código de Posturas*, implementado pelo Prefeito somente no final do mandato.

Contudo, ao término do seu mandato (1903-1904) candidatou-se, novamente sem vinculação partidária, ao cargo e, embora tenha conseguido uma expressiva votação, como informou a *Gazeta de Notícias*,[47] não foi reconhecido nem diplomado. "Degolado", acabou excluído da legislatura seguinte do Conselho Municipal. A revista *Fon Fon* fez pilhéria do seu não reconhecimento, ironizando sua condição racial:

> Desvalorização, sim senhores – desvalorização imaginem VV. SS. de que? Do café! Não acreditam? Pois olhem quem acabou de a decretar e muito bem decretadazinha, oi a Junta Apuradora da última eleição municipal. Alijaram o Sr. Monteiro Lopes e deram diplomas, entretanto, aos Srs. Felippe Nery, Quintanilha e Luiz Ramos. [...] A pretidão do amor do Sr. Hemetério levou um tombo onça, o que vem provar que nos trabalhos da apuração dos juízes da Junta não souberam ser verdadeiramente pretores. [...].

Em 1905, Monteiro Lopes viveu episódio semelhante. Ao pleitear uma cadeira de deputado federal pelo então Distrito Federal – como de costume, sem se associar a partidos políticos – foi eleito, mas não reconhecido e diplomado. O próprio admitiu em uma entrevista ao jornal *O Commercio*, de Bagé, que, nessas duas ocasiões, ao ser eleito e não

[45] Para o caso de São Paulo, ver Domingues, "*Uma história não contada*".
[46] *Careta*, 13/02/1909.
[47] *Gazeta de Notícias*, 13-15/12/1910.
[48] *A Opinião Pública*, 31/01/1909.

reconhecido, foi "esbulhado" em seus direitos.[48]

Mas é certo que esses ataques racistas não desanimaram Monteiro Lopes, que buscou combatê-los a partir de uma perspectiva integracionista de ascensão a cargos mais altos e da mobilização, principalmente, de grupos do meio negro. Assim, ser negro naquele universo foi, ao mesmo tempo, uma "experiência dolorida"[49] e uma força propulsora, que o mobilizou e o fez mobilizar importantes grupos compostos por negros no país, conferindo-lhes visibilidade na arena pública.

Ao ter sua entrada sistematicamente barrada em instituições como o Conselho Municipal e a Câmara dos Deputados, Monteiro Lopes mudou de estratégia:[50] em 1909, apresentou-se novamente como candidato a deputado federal pelo 1° distrito da capital federal, agora vinculado ao *Partido Republicano Democrata*. Segundo um dos dirigentes, o advogado e político Mello Mattos, o partido seria uma organização aberta a diversas tendências políticas e a livres pensadores,[51] tendo como peças centrais do seu programa a ampliação da instrução pública e o sufrágio popular.[52]

Pela repercussão na imprensa, Monteiro Lopes deve ter realmente trabalhado muito com seus correligionários na divulgação de sua candidatura. O memorialista José Vieira mencionou que, na época, comentavam que Monteiro Lopes passou por graves dificuldades financeiras em função dos gastos com a campanha.[53] Exagero ou não, as fontes evidenciam o grande investimento pessoal de Monteiro Lopes em conquistar um lugar na Câmara dos Deputados.

---

[49] Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, "Intelectuais negros e formas de integração nacional", *Estudos Avançados*, 18 (50) (2004), p. 272. Em uma carta datada de 02/05/1910 e enviada a Rodolpho Xavier, então presidente do CEML, Monteiro Lopes agradeceu o apoio e o envio do periódico da instituição, confessando ainda que não se tinha recuperado dos impedimentos e da recusa em ser empossado deputado federal por ser negro. Monteiro Lopes também saudou o jornal *A Alvorada* como "valente periódico que serve de grito de tua alma indignada, e que vale pelo brado de alerta. [...] Porque pretendem nos excluir da grande comunhão nacional". Rodolpho Xavier, "Uma oportunidade", *A Alvorada*, 06/03/1932, citado por Santos, "Trabalhadores e Movimento Negro", p. 119.

[50] *A Tribuna*, 05/01/1909.

[51] *Careta*, 30/01/1909.

[52] *A Tribuna*, 16/01/1909.

[53] José Vieira, *A cadeia Velha*, Brasília: Senado Federal/Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 1980, p. 49.

Em janeiro de 1909, a campanha estava a pleno vapor, afinal, as eleições estavam marcadas para o dia 30 daquele mês. As mesas do seu escritório "[...] estavam cobertas de papéis, requerimentos, certidões, nomes anotados à pressa, lembretes com recados, caixas repletas de cédulas eleitorais [...]". Homens entravam e saíam "[...] trazendo recados, levando cédulas [...]" Com esse ritmo frenético de trabalho, incluindo noites em claro e falta de tempo para as refeições, Monteiro Lopes entrava na "[...] luta pela vitória das urnas".[54]

A revista *Careta* opôs-se sistematicamente à candidatura de Monteiro Lopes, associando-o sempre a aspectos negativos que iam desde a feiúra até a compra de votos, passando pela burrice, oportunismo e legalismo. Nessa campanha contra o que julgava serem maus políticos, a revista utilizou constantemente o recurso de inserir comentários racistas sobre Monteiro Lopes em meio à abordagem de outros assuntos.[55] Em outros momentos, as injúrias eram bastante diretas: "Não foi possível publicar o retrato do provecto Monteiro Lopes, porque o nosso fotógrafo teve a infeliz ideia de procurá-lo à noite. Bateu toda a cidade e o Dr. não foi visto".[56] Já em uma entrevista fictícia com Monteiro Lopes, suas respostas foram satirizadas, fazendo-o parecer pachola, como mostra o trecho a seguir:

> - E sobre a sucessão presidencial? [jornalista]
> - Entendo que deve continuar como está de 4 em 4 anos [suposto Monteiro Lopes] .[57]

A *Fon Fon* também publicou uma entrevista fictícia com Monteiro Lopes. Ao ser perguntado sobre seu programa político, disse que não tinha um, mas que ia fazer muita coisa. O primeiro ato seria pedir à Mesa Diretora que mandasse abrir mais janelas na Câmara para ver "tudo claro". Depois, disse que exigiria o fim dos votos em branco. Todas as propostas apresentadas são troças que fazem jogos semânticos

[54] *A Tribuna*, 05/10/1909.
[55] *Careta*, 09/01/1909.
[56] *Careta*, 09/01/1909.
[57] *Careta*, 16/09/1909.
[58] *Fon Fon*, 20/03/1909.

com os binômios claro/escuro, preto/branco.[58]

As matérias publicadas sobre Monteiro Lopes nessas revistas ilustradas e de cunho humorístico insistiam em afirmar que ele não diferia de todos os demais políticos: só estaria interessado em obter votos em troca de favores, não teria opinião formada sobre os principais problemas do país e aderiria a quem estivesse no poder. Suas principais bandeiras de luta em prol dos operários e do funcionalismo público – seus aliados e eleitores – foram satirizadas de modo que seu programa político principal foi citado da seguinte forma: reduzir a jornada de trabalho para 4 horas por dia com dois intervalos, um para o almoço outro para o jantar; dobrar os vencimentos dos funcionários públicos, promovê-los, aposentá-los e conceder montepios a todas as suas famílias indiscriminadamente.[59]

E, assim, periódicos como *Careta, Fon Fon* e *O Malho* seguiram fazendo troças com a candidatura de Monteiro Lopes diariamente, durante todo o mês de janeiro – período mais intenso da campanha política. No dia 30 do mesmo mês, deu-se a eleição. Vários jornais noticiaram que, desde cedo, Monteiro Lopes e seus aliados percorreram os locais de votação do 1° distrito da capital para evitar fraudes, tendo chegado a entrar em confronto físico com o político Irineu Machado.[60]

A *Careta* noticiou com surpresa o resultado oficioso das eleições de 1909, nas quais políticos tradicionais da capital, como Sá Freire, Serzedelo Correa e Heredia de Sá haviam amargado derrota e choravam a ingratidão do eleitorado. Já Monteiro Lopes, segundo a revista, teria saído vitorioso "por eleição insofismável – preto no branco".[61]

A *Fon Fon* também fez troça com a vitória de Monteiro Lopes através da publicação de várias notinhas. Entre outras,[62] uma das mais elaboradas saiu com o título: "Uma questão de preposições" e dizia: "Se o Sr. Monteiro Lopes for reconhecido e diplomado não será um representante **da** nação, mas, um representante **de** nação".[63] Associava-o, assim, a elementos considerados de forma negativa na época, como

[59] *Careta*, 16/09/1909.
[60] *Fon Fon*, 18/02/1909.
[61] *Careta*, 30/01/1909.
[62] *Fon Fon*, 20/03/1909; 10/04/1909; e 17/04/1909.
[63] *Fon Fon*, 06/03/1909.

origens e heranças africanas.

Contudo, no mês de fevereiro, a grande imprensa começou a noticiar a existência de rumores de que Monteiro Lopes não seria reconhecido como deputado federal. Os boatos diziam que Afonso Pena e o Barão do Rio Branco não queriam um negro na Câmara dos Deputados, pois isso envergonharia o país. Além do mais, o governo precisaria do político Serzedelo Correia na Câmara para resolver questões do orçamento. A eleição e o processo de reconhecimento de Monteiro Lopes em 1909 motivaram debates que revelaram preconceitos e barreiras raciais, evidenciando também as estratégias de luta e posições contrárias ao chamado, na época, "preconceito de cor". Trata-se de um debate sobre os espaços ocupados e os que poderiam ou não ser ocupados por negros.

As cores da política

Diante da ameaça de Monteiro Lopes ser impedido de assumir o cargo de deputado por ser negro – ou, mais especificamente, por ser uma liderança negra – a *Gazeta de Notícias* foi o primeiro jornal a defender os princípios constitucionais, alegando que no regime republicano os cargos eram "delegações da nação" e, nesse sentido, comprovada legalmente a eleição, o presidente da república seria tão delegado e representante da nação quanto Monteiro Lopes. Logo, concluiu o articulista anônimo: não deveria haver quaisquer distinções entre eles, "[...] exceto nas funções a exercer".[64]

O próprio Monteiro Lopes, em entrevista ao jornal *O Commercio de Campinas*, apontou o Barão do Rio Branco como um dos "primeiros perseguidores" da sua diplomação, conforme se poderia concluir a partir de charges publicadas no periódico *O malho*. Se os boatos tinham fundo de verdade ou se *O malho* utilizou esse recurso como estratégia de oposição ao governo é impossível saber com segurança, mas Monteiro Lopes, seus seguidores e outros órgãos da imprensa deram crédito a esses rumores.

De fato, *O malho* publicou várias notas e caricaturas nas quais

[64] *Gazeta de Notícias*, 01/02/1909; *Gazeta de Notícias*, 02/02/1909.

insistiu na participação de Afonso Pena e do Barão do Rio Branco na exclusão de Monteiro Lopes da Câmara. No dia 6 de fevereiro, por exemplo, a capa do periódico trouxe um desenho de Monteiro Lopes, posicionado entre Rio Branco e Afonso Pena. O título era: "Coisas pretas." Abaixo, o seguinte diálogo:

> Pena – Vejam só isto! Até um preto, retinto como carvão, já é eleito deputado! Aí está o resultado do povo meter-se em política: qualquer borra-botas vale tanto como um titular... Não admito isso! [...]
> Barão – Realmente, um pretalhão daquele eleito deputado, é uma espécie de eclipse na 'República dos Conselheiros'... é tudo quanto pode haver de mais democrático...de mais feniano... e até de mais tenente do diabo! Fica mesmo uma República Carnavalesca.
> Pena – E eu dançando de velho no meio dela... Pois sim! Vou por o intruso no meio da rua! Leve tudo o diabo, mas não consinto preto no rebanho! Quem faz a política é o pastor. E o pastor sou eu![65]
> N'*O malho* há várias outras notas e caricaturas que reforçam esses boatos.[66]

Assim, mesmo com algumas declarações públicas em seu favor, em 15 de fevereiro de 1909, Monteiro Lopes realizou uma grande reunião com "homens de cor" no *Centro Internacional Operário* para tratar da sua possível exclusão da Câmara dos Deputados. A reunião foi presidida pelo veterano da guerra do Paraguai, o sargento reformado Libâneo de Souza. Entre outras coisas, deliberaram: pedir apoio às corporações, aos sindicatos, à imprensa, às organizações compostas por homens negros na cidade e em todo o país; enviar um "memorial" a Rui Barbosa, pedindo que, como representante do Estado da Bahia, "onde a maioria é gente de cor", aconselhasse a bancada baiana a não deixar que Monteiro Lopes, eleito pelo povo, fosse excluído da representação nacional por ser negro; dirigir uma mensagem ao Presidente da Província de Minas Gerais, Wesceslau Brás, para que aconselhasse a bancada do seu estado a praticar os preceitos republicanos pregados pelo "inesquecível estadista João Pinheiro"; fazer uma manifestação pública e solene à imprensa livre e independente, que junto com o povo — segun-

[65] *O Malho*, 06/02/1909.
[66] Ver *O Malho* durante todo o mês de fevereiro de 1909.

do os aliados de Monteiro Lopes — "[...] têm combatido o atentado que maus brasileiros projetam, como seja, excluir da representação nacional o Dr. Monteiro Lopes, julgando incompatível sua cor para fazer parte da Câmara dos Deputados, apesar de legalmente eleito"; convocar

> um grande comício popular, onde será, dentro da ordem e da lei, lida uma enérgica mensagem contra o odioso sistema que se pretende implantar no regime republicano, fazendo-se distinção de raças e de castas, criando-se privilégios de cor, cindindo-se estupidamente a família brasileira.

A ata da reunião também dava notícia da expedição de um telegrama para a redação do *Diário da Bahia*, pedindo adesão ao movimento contra a exclusão de Monteiro Lopes, supostamente chefiada pelo *Centro Industrial*, por fazendeiros ex-negociantes de escravos, cujo porta-voz seria Alcindo Guanabara, "antigo jornalista dos escravocratas." Telegramas do mesmo tipo foram enviados a Pernambuco e a outros Estados. O *Centro Internacional Operário* providenciou o encaminhamento de uma ação judicial em defesa do deputado eleito.[67]

Ao término da reunião, esses "homens de cor" fizeram questão de registrar que deram vivas à república, à imprensa livre e à memória de João Pinheiro. Com uma dessas saudações -– "Viva a República sem o preconceito de cor!" – todos se dispersaram na "melhor ordem", de acordo com a ata assinada pela *Comissão Permanente Contra a Exclusão de Monteiro Lopes*.[68]

A intenção, portanto, era denunciar e combater o suposto plano de exclusão e expor publicamente a discriminação racial a que estaria sendo submetido o "líder dos negros" e, por extensão, o "meio negro", como veremos. A estratégia utilizada foi mobilizar indivíduos negros por todo o Brasil, através da ocupação de espaços públicos por meio de manifestos, telegramas, imprensa, comícios, reuniões e visitas a políticos e celebrações cívicas. A opção pela integração à sociedade e por se manterem dentro da ordem estabelecida não significou a pura e simples conformida-

---

[67] Ver Rodolpho Xavier, "Uma oportunidade", *A Alvorada*, 06/03/1932; Rodolpho Xavier, "Revivendo o passado", *A Alvorada*, 07/06/1952.

[68] *Correio da Manhã*, 16/02/1909. Ver também *A Opinião Pública* durante o mês de fevereiro de 1909.

[69] Guimarães, "Intelectuais negros", p. 272.

de ou adesão aos valores brancos dominantes, pelo contrário.[69] Vimos aqui todo esforço do "meio negro" em denunciar práticas racialmente discriminatórias e em encaminhar suas demandas por igualdade, às vezes até, com alguma dose de confronto. Mas também não podemos deixar de considerar que o discurso abertamente calcado na raça, a explosão de ódios raciais e os linchamentos de negros que vinham ocorrendo no sul dos Estados Unidos, desde o final do século XIX, configuravam uma realidade conhecida e temida entre intelectuais brasileiros e, muito provavelmente, por Monteiro Lopes — sempre preocupado em se manter dentro dos limites da legalidade e de um projeto assimilacionista.[70]

Em março de 1909, a mobilização conclamada por Monteiro Lopes e seus aliados começou a fazer eco. Após a reunião realizada na cidade do Rio, os primeiros a manifestarem publicamente seu apoio à posse de Monteiro Lopes foram cidadãos negros da cidade de Pelotas. O jornal pelotense *A Opinião Pública*, noticiou que, a exemplo do que vinha acontecendo na capital, em Pelotas estava programada "[...] uma grande reunião de homens de cor para tratar da projetada exclusão da Câmara dos Deputados, que por ser negro, se prepara contra Manuel da Motta Monteiro Lopes, [...]".[71] No convite, assumiram a luta pela diplomação de Monteiro Lopes como uma causa comum a todos os negros, pois a sua exclusão seria um atentado "aos direitos sociais e da justiça" que assistia aos negros e a seus descendentes como integrantes legítimos "da Família Brasileira".[72]

No dia 8 de março, o mesmo jornal noticiou as deliberações da reunião: telegrafar ao presidente da república, a Monteiro Lopes e ao *Centro Internacional Operário*, anunciando o apoio dos "cidadãos de cor" de Pelotas à causa; promover um comício popular com o objetivo de apelar ao deputado federal pelo Rio Grande do Sul, Cassiano do

[70] Ver, por exemplo, "Booker Washington", *Almanaque Brasileiro Garnier* (1905); Olavo Bilac, "Crônica", *Gazeta de Notícias*, 21/01/1906; Olavo Bilac, Crônica, *Correio Paulistano*, 23/06/1908, in Antonio Dimas, *Bilac, o jornalista*, (São Paulo: Imprensa Oficial/EDUSP; Campinas: Editora UNICAMP, v. 1, 2006), pp. 773-4; Evaristo de Moraes, "A Cor... política. Oposição ao preto!", *Correio da Manhã*, 14/02/1909; *A Tribuna*, 17/02/1909, entre outros.

[71] "Por ser negro", *A Opinião Pública*, 01/03/1909; *A Opinião Pública*, 03/03/1909.

[72] "Convite", *A Opinião Pública*, 08/03/1909.

Nascimento, para que cooperasse com a diplomação de Monteiro Lopes, que não poderia ser excluído do parlamento pelo fato de ter "a epiderme negra"; pedir a adesão, por meio de comissão ou telegrama do Dr. Pedro Moacyr; solicitar por telegrama que o presidente Afonso Pena garantisse a manutenção dos direitos constitucionais; e fundar o *Centro Etiópico Monteiro Lopes*, cujo presidente seria Rodolpho Xavier.[73]

No dia 20 do mesmo mês houve outra reunião, deliberando-se não mais realizar o comício popular – decisão que também foi tomada pela comissão reivindicatória do Rio de Janeiro. Estariam as lideranças negras com receio de radicalizações nas ruas? É provável que o risco de conflitos fosse iminente e que os comícios pudessem fugir do controle e parecer à opinião pública uma manifestação de desordeiros, já que a acusação de serem racistas às avessas também ganhou as páginas dos jornais. Foi lida também, sob aplausos, uma carta enviada por Monteiro Lopes em agradecimento ao telegrama que recebeu do *Centro Etiópico*: "Recebi com a mais íntima satisfação o vosso telegrama noticiando a fundação do *CEML* e o grande interesse pela minha causa, que é a causa de todos nós". Também afirmava que os amigos e os companheiros do Rio exultaram diante do apoio ao "combate ao vil preconceito" que ameaçava sua posse. Monteiro Lopes reforçou ainda mais esses laços de identificação racial ao assinar a carta como "velho e dedicadíssimo irmão".[74]

A mobilização se espalhou entre os negros da região: o *Diário do Rio Grande do Sul* publicou um telegrama do seu correspondente no Rio, afirmando que a bancada gaúcha e grande parte da Câmara, pressionados pelas entidades e lideranças negras, já estariam a favor do reconhecimento de Monteiro Lopes. Na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, foi fundado outro *Centro Etiópico Monteiro Lopes*, com a presença de 350 indivíduos negros. A organização homônima de Santa Maria também enviou telegramas aos políticos Pinheiro Machado e a Cassiano do Nascimento, pedindo apoio à causa.[75]

A partir daí teve início uma barulhenta mobilização de entidades

[73] *A Opinião Pública*, 08/03/1909.
[74] *A Opinião Pública*, 22/03/1909.
[75] *A Opinião Pública*, 07/04/1909.

formadas por homens negros na cidade do Rio, em Campinas e arredores, em várias cidades do Sul do país, na Bahia e em Pernambuco.[76] Esse movimento resultou em inúmeros telegramas enviados a jornais (e por eles publicados) da grande imprensa e em cartas enviadas a políticos de prestígio, como Rui Barbosa, Pinheiro Machado e Venceslau Brás.[77]

Diante da mobilização, o chefe oligárquico Pinheiro Machado declarou apoio da bancada rio-grandense à diplomação de Monteiro Lopes.[78] Cassiano Ricardo, outro político gaúcho, garantiu que se Monteiro Lopes tivesse obtido "o número legal de votos" podia "desde já, considerar-se reconhecido pela Câmara".[79] Carlos Peixoto, líder da bancada mineira e presidente da Câmara dos Deputados, afirmou, segundo o jornal *A opinião pública*, que "o reconhecimento do deputado preto era questão fechada".[80]

Em função dos protestos em favor da diplomação de Monteiro Lopes, a *Careta* passou a acusar os próprios negros de estarem ensejando discriminação e segregação no país:

> [...] E por falar em macacos, os pretos agora entenderam de fundar em nosso país uma coisa que não existia: o preconceito de cor. Os pretos querem fazer no Brasil o que os brancos fazem nos Estados Unidos: excluir os que não são negros do convívio racial. Está aí no que deu a intrigada feita em torno do caso Monteiro Lopes.[81]

O cronista então imaginou o Brasil invertido, como uma sociedade segregada com os negros ocupando o lugar dos brancos e se vingando da escravidão. Ironizando a ascensão de um negro à política e as consequências disso em termos de identificação racial e de possibilidade de ampliação de sua participação na sociedade, o cronista continuava suas projeções:

---

[76] *Correio da Manhã*, 18/02/1909 e 19/02/1909; 07/03/1909 e 04/05/1909.
[77] Em 1913, um clube de futebol foi fundado em homenagem a Monteiro Lopes em Pelotas, tendo funcionado até 1927, conforme informação de Beatriz Loner, "Negros: organização e luta em Pelotas".
[78] *O Commercio de Campinas*, 01/03/1909.
[79] *A Opinião Pública*, 12/04/1909; *A Platéia*, 29/02/1909
[80] *O Commercio de Campinas*, 01/03/1909.
[81] *Careta*, 03/04/1909.

> Agora os brancos vão ver o que é perseguição: bondes à parte, restaurantes à parte, teatros à parte, e por qualquer crimesinho, um linchamento de todas as regras. Porque os negros perderam a paciência e querem o lugar que lhes compete: vão dar a nota. Isto quer dizer muita coisa entre as quais que o que hoje nós chamamos de cabelo ruim vai ser chamado agora de cabelo bom. Porque, enfim, isso não passa de uma simples convenção. [...] desde que se estabeleça que a cabeleira crespa ou torcida seja a boa, a que for lisa merecerá sem dúvida o nome de má cabeleira. Logo, fiquem sabendo os de cabelo chamado bom atualmente, que este mesmo cabelo brevemente vai ser chamado de ruim e será um estigma aviltante. [82]

Essa onda de protestos que evidenciou publicamente a capacidade de mobilização política dos negros em várias cidades brasileiras também foi satirizada através de quadrinhas, fazendo-se uso, como recurso cômico, do tal "falar estropiado dos negros":

> Ao dispois de um home inleito / Esse povo qué tratá / Das inleição anulá / Para fazê o outro intrá... / O'gente! Isso ta direito? / Mi parece imbromação! / O pessoar, num arranco, / Quê fazê do preto branco, / Mas eu não vou no arrastão / Nessa ondea é que não caio! / Despois do Treze de Maio / É tão bão como tão bão! / Esses homes não me atende, / Pois são branco, lá si entende / Mas na Camara hei de intra / Ocugelê cubabá! [...].[83]

> Ocugelê cubabá! / Vamu sahi da cacimba / Mostrá que a Cambra [Câmara] é marimba / Que preto pode tocá.[84]

> [...]

> – Seu Montero Lope stá inleito! Isto qué dizê que nois fiquemo na ponta...
> – Tal i quá! Vou arranjá diproma de bacharé p'ra sê candidato a presidença...
> – Sim, senhô!
> – E eu vou mi dimiti de conzinheiro p'ra mi presentá p'ra intendente! [85]

[82] *Careta*, 03/04/1909.
[83] *A Tribuna*, 02/02/1909.
[84] *A Tribuna*, 20/02/1909.
[85] *O Malho*, 06/02/1909.

Entretanto, o que até então era tratado a partir de pilhérias pela imprensa começou a ser debatido também como assunto sério e de interesse nacional.

A *Gazeta de Notícias* publicou um artigo no qual o articulista comentava o telegrama expedido à imprensa pelo *CEML* de Pelotas. O texto acusava Monteiro Lopes de coagir a Câmara – por meio da mobilização dos negros – para que o reconhecesse deputado. A pressão feita pelos negros, segundo o autor, retirava da Câmara "o trabalho de verificar se o Sr. Monteiro Lopes foi eleito mesmo de verdade" proclamando antecipadamente

> [...] a legitimidade do seu título, dando-lhe assim a invejável situação privilegiada de não depender como os outros 221 candidatos do exame de atas e outras condições que a lei exige, mas só em relação aos brancos. E a Câmara que não se faça de fina se não quer que o Sr. Monteiro Lopes levante a raça inteira para obrigá-la a dar-lhe a cadeira que disputa e sobre cuja posse não admite exame nem discussão.[86]

Percebe-se que os protestos pelo reconhecimento de Monteiro Lopes pareceram ameaçadores a alguns, como se a mobilização e a organização política baseada em uma identidade racial e a exigência de igualdade de tratamento entre brancos e negros fosse um acinte, uma demonstração de indolência, de insubmissão. Os negros estariam ousando sair "do seu lugar".

Exemplo notório disso foi a eleição para o Conselho Municipal do Distrito Federal, em 1909, na qual Monteiro Lopes estava engajado, a fim de eleger Ezequiel de Souza, também negro. Ezequiel foi eleito e a *Fon Fon* fez sátira com a ampliação da presença de negros que demonstravam "orgulho racial" na política carioca e que tomavam parte nos debates em torno da mobilização negra. A revista ainda associou outros políticos negros, como Francisco Glicério, a uma afirmação racial, sobre a qual ele não se manifestava publicamente:

> Houve ontem um samba onça na sede da Sociedade União dos Homens de Cor na Gambôa. O bairro ficou tão alarmado com a festa que se

[86] *Gazeta de Notícias*, 09/03/1909.

> prolongou até a hora em que os galos cantam, a polícia acorda e os guardas noturnos vão continuar a dormir. Indagado pelos moradores da vizinhança o motivo de tão barulhenta e desabusada alegria, foi saber que se tratava da inauguração [...] dos retratos em corpo inteiro [...] dos Srs. Francisco Glicério e Índio do Brasil do Senado, Monteiro Lopes da Câmara dos Deputados e Ezequiel de Souza, recentemente eleito para o Conselho Municipal. Por ocasião da ceia, o orador oficial da União terminou assim suas palavras: – A gora colegas, só farta o Supremo Tribuná.[87]

Mas também houve quem apoiasse com seriedade a mobilização publicamente, como o rábula mulato Evaristo de Moraes, em artigo publicado no *Correio da Manhã*. Com o título "A cor... política", Evaristo de Moraes iniciou sua argumentação com um interessante jogo de palavras: mencionou que a expressão "cores da política" teria deixado o universo da figuração para entrar para o "terra-a-terra do realismo". Essa mudança de significados teria sido provocada pela "escandalosa depuração" que se planejava contra Monteiro Lopes, demonstrando a preferência cromática da "Política" pelas "duas cores patrícias — a branca e a parda — com prejuízo da outra cor que tanto distingue o venerado e milagroso S. Benedito". A "politicagem nacional", que "repelia o negro", "aceitava o pardo" e "abraçava o branco", cometeria um dos seus maiores erros ao excluir um parlamentar por "motivo pigmentar". Até porque, para ele, quem não tinha sangue africano em função da mestiçagem, não teria por isso "escapado" de sua influência que, graças à escravidão, disseminou uma "mestiçagem moral" entre nós, traduzida em ideias, hábitos, sentimentos, "no amolecimento do coração e na tendência para certo fatalismo corruptor e dissolvente". Note-se que o autor acentuou a origem africana da nação e, em função disso, a permanência de algumas características atávicas, o que evidencia o peso das teorias raciais naquele momento, ainda que estivessem sendo reavaliadas e criticadas por alguns intelectuais, como Manoel Bomfim e Juliano Moreira.[88]

Mas, se até agora, segundo Evaristo de Moraes, não havia no Brasil "a calamitosa luta de raças", como existia na Áustria-Hungria e

[87] "Enquanto a política esfrega um olho...", *Fon Fon*, 27/11/1909.

[88] Ver Carolina Vianna Dantas, "O Brasil café com leite. Debates intelectuais sobre mestiçagem e "preconceito de cor" na I república", *Tempo*, vol. 13, n° 26 (2009).

nos Estados Unidos, a exclusão de Monteiro Lopes poderia despertar "paixões ruins" e "levantamento de ódios". Esse tipo de argumento, que chamava a atenção para a necessidade de não impor barreiras tão rígidas à ascensão dos negros na república, a fim de evitar a mobilização e a organização política baseada na raça, foi uma estratégia deliberadamente utilizada por Monteiro Lopes e por Evaristo de Moraes. Estavam dialogando com o medo que sabiam habitar as mentes e os corações dos grupos dominantes de que os negros passassem a identificar-se e a mobilizar-se e que explodissem conflitos raciais. Afinal, em nome da nacionalidade, Evaristo afirmava que o Brasil deveria esforçar-se para seguir a tradição de incorporação harmoniosa da raça negra, comandada desde os tempos coloniais pelo "sentimentalismo português" e pela "vasta mestiçagem que se veio incessada desde o século XVII." Se a fusão de raças estaria acontecendo sem opressão e violência; se pouco faltava para desaparecerem "os vagos preconceitos que são apenas sobrevivências da escravidão", não deveriam despertar ódios raciais, inevitáveis com a exclusão de um negro, legalmente eleito, do Parlamento.

Para Moraes, já bastavam "certas prevenções, algumas pouco conhecidas do público – com as quais se conformam covardemente nossos homens mais cultos e generosos", denunciou com ironia, passando a expor casos de discriminação racial. Citou o caso do presidente da república, que mandou retirar "pretos" da guarnição de uma galeota de luxo; da instituição educativa e do internato particulares, administrados por religiosas em Petrópolis e no Rio, que não admitiam a entrada de alunas "negras e mestiças", independente de suas posses; do *Instituto Profissional Feminino*, órgão público, que até certo tempo não permitia a entrada de "meninas de cor preta". Era preciso, portanto, deixar de "hipocrisias e de mascaradas étnicas", pôr de lado "a vergonha do estrangeiro quanto à cor mais ou menos confusa de nossos servidores e representantes, sejam marinheiros, sejam deputados" e assumir que o Brasil era uma terra de "mulatos, pardos e mestiços de todas as cores". O que deveria preocupar "os próceres e os magnatas da Política" eram a aptidão, a competência, a capacidade intelectual e moral dos eleitos ou diplomados e não a cor da pele. Evaristo de Moraes terminou seu manifesto pedindo que os "donos da Política" deixassem de olhar a cor da

pele dos que entravam pelas portas do Congresso para olhar, de preferência, para as unhas "de alguns que lembram aves de rapina, e cujos mandatos as oligarquias garantem a ferro e fogo [...]".[89]

Tratando também da exclusão de Monteiro Lopes, um jornalista não identificado publicou o texto "Homens de cor", no jornal carioca *A tribuna*. Para ele, atos arbitrários como a exclusão de políticos eram, "infelizmente", comuns naquela república, na qual os interesses da política estadual e dos líderes da situação dominavam a cena, com o objetivo de favorecer amigos mal sucedidos nas eleições ou refrear a oposição. Mas o caso de Monteiro Lopes seria diferente, porque, segundo o autor, não era um político que opunha sérios obstáculos ao governo. Sua depuração estaria abertamente ligada à sua cor, que não lhe permitiria "disfarçar a raça". A vergonha do estrangeiro teria motivado a tentativa de excluí-lo da Câmara, que, por sua vez, teria gerado um "amplo movimento de protesto" que iria "abrir o Brasil republicano ao conflito odioso que a monarquia soube inteligente e democraticamente evitar. [...]". E, para piorar a situação, "[...] a incompatibilidade de cor não estava prevista na Constituição Federal". A exclusão de Monteiro Lopes por ser negro, segundo o autor, despertaria divisões vergonhosas na sociedade e levantaria contra a república "uma massa compacta de antipatias e ódios". Para o jornalista, em um país no qual boa parte de sua população era "de cor", nada mais natural do que "um negro hábil, bacharel em direito" obter votos e chegar à Câmara dos Deputados.

O mesmo autor ainda ressaltou o perigo, para a república, da afetiva relação entre os negros e a monarquia, citando emblemático ato da Princesa, ao tirar André Rebouças para dançar, insinuando às damas que não deveriam rechaçar a companhia daquele homem "de caráter primoroso", por ser negro. Isabel, "a libertadora generosa da raça" não ousaria repelir da Câmara um candidato vitorioso por ser negro. Então, para evitar uma onda de impopularidade, os republicanos não deveriam se associar à "prevenções de raça". Além disso, o presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, já teria dado o exemplo, demonstrando que repugnava o "preconceito de raça" ao sentar-se à mesa, na Casa

[89] Evaristo de Moraes, "A Cor... política".

Branca, com o negro Booker T. Washington. Afonso Pena não precisaria fazer o mesmo, convidando Monteiro Lopes para jantar em Petrópolis, mas sim, garantir o cumprimento da lei e o respeito à vontade soberana dos que elegeram o advogado negro, em nome da harmonia social e da dignidade do regime republicano. Na república, concluiu o autor, os direitos deveriam ser iguais para todos.[90]

Embora tenha recebido apoio de várias entidades, grupos e pessoas do "meio negro" e de fora dele, como foi o caso do jornal *O Correio da Manhã*, Monteiro Lopes também enfrentou oposição de certos grupos operários e negros. No jornal da *Confederação Operária Brasileira*, um operário negro que se identificava como P. R. acusava-o: "Como operário militante e como negro, protesto energicamente contra a exploração política que o Sr. Monteiro Lopes está fazendo com os homens de sua raça e com o operariado do Brasil". Exploração porque teria usado essas duas classes para promover sua ambição: uma cadeira na Câmara – "hoje cálido ninho de parasitismo oficial". O anarquista negro deixou claro que Monteiro Lopes tinha o mesmo direito que "vermelhos, amarelos, brancos e incolores" de ocupar uma cadeira no Parlamento, como ao povo também assistia o direito de "despejá-los pelas janelas do velho edifício". O mais interessante, porém, é que o autor usou contra Monteiro Lopes o mesmo argumento que seus opositores brancos: acusou-o de levantar um preconceito quase extinto no país. Segundo o operário, "os negros conscientes" não deram importância ao chamado de Monteiro Lopes – "político burguês" – pois o que lhes interessava era a extinção do governo e do parlamento. Não queriam as supostas migalhas politiqueiras do Estado que Monteiro Lopes lhes prometia. A prova maior de quem o deputado seria na verdade era o fato de ter matriculado seu único filho no Colégio Militar, para que ali aprendesse "a forma mais aperfeiçoada de assassinar seus semelhantes, principalmente os operários quando vieram para rua reclamar os seus direitos. Em compensação", finalizou P. R., "[...] devido à habilidade política do seu progenitor, é de esperar que em breve

[90] *A Tribuna*, 17/02/1909.

[91] P. R., *A Voz do Trabalhador - Órgão da Confederação Operária Brasileira*, 17/05/1909. Depois de Monteiro Lopes ter conquistado o diploma de deputado, o mesmo militante voltou à carga. Desta vez fez menção a uma reunião realizada pelo "deputado negro" com

tenha o Brasil um general negro. Muito lucrará com isto o operariado...".[91] Se, por um lado, essa crítica torna claro que o tipo de prática sindicalista da qual Monteiro Lopes compartilhava era incompatível com a inclinação anarquista de P. R., por outro, evidencia as diferenças políticas que estabeleciam clivagens entre a própria população negra.

A repercussão que a mobilização em torno da eleição de Monteiro Lopes teve pelo país é um bom exemplo do quanto alguns grupos compostos por negros, naquele momento, estavam empenhados em exprimir que o debate sobre a representação política formal também lhes dizia respeito. A mobilização alcançada também evidencia que os negros (ou ao menos parte deles, como intelectuais e trabalhadores organizados) sabiam o quanto as demonstrações públicas de união e força eram importantes para a conquista de espaços de visibilidade e expressão para suas expectativas e projetos de poder.[92] Nesse processo de mobilização, Monteiro Lopes e seus companheiros abriram espaço para o questionamento de valores e atitudes dominantes a respeito das relações raciais, rompendo com o silêncio sobre o racismo, sem minimizar o peso que esse tipo de discriminação impunha à ascensão de indivíduos negros naquela sociedade. É possível indicar, portanto, que campanhas políticas, eleições, voto e o parlamento não eram espaços somente das oligarquias. Houve quem acreditasse que a república era para valer.

Contudo, após o parecer da *Junta Apuradora* ter diplomado os cinco candidatos mais votados, entre eles Monteiro Lopes, dois candidatos derrotados nas eleições contestaram o diploma conferido ao "deputado negro": Nicanor do Nascimento e o Coronel Figueiredo Rocha. Alegaram que teria havido fraude na distribuição dos títulos dos eleito-

operários do subúrbio, em junho de 1909, na qual teria empenhado sua palavra na defesa dos interesses dos operários na Câmara. No entanto, o que para Monteiro Lopes e seus admiradores significava a defesa dos interesses do operariado, para o militante negro de tendência anarquista eram promessas vazias, já que pertencia a um grupo que rejeitava e desacreditava nas "leis protetoras" ou na "lei salvadora" dos operários. Segundo P. R, os "crédulos operários" que votaram em Monteiro Lopes e em "monstros charlatões como ele", deviam "esperar sentados" pela aprovação dessas leis, que, se aprovadas, jamais seriam cumpridas. Propostas por políticos "brancos ou pretos", dizia o militante, de nada adiantariam. Ver, P.R., *A Voz do Trabalhador - Órgão da Confederação Operária Brasileira*, 15/06/1909.

92 Nascimento, "Um reduto negro", p. 308.

res e na emissão de segundas-vias fora do prazo legal e falsificação de nomes.[93] A prerrogativa de reconhecimento dos deputados cabia à própria Câmara nesse período, através de comissões formadas pelos parlamentares especialmente para isso.

Afirmando estar "[...] em conformidade honesta de pensares com o presidente da república [...]" para combater a fraude que seria a diplomação de Monteiro Lopes, Nicanor do Nascimento dizia estar somente preocupado com a veracidade do pleito. Apressou-se em negar que a motivação de sua contestação estivesse relacionada "[...] à fortuita circunstância de ser esse advogado um homem de cor preta... [...]" como insinuavam seus "[...] partidaristas e sequazes [...]." Tal motivação seria "ridícula" em função de dois fatores: o primeiro, era que estavam em uma "[...] pátria libertada, onde jamais floresceu o preconceito de raças – tão mescladas elas vão [...]" e o segundo, era o fato de o próprio Nicanor assumir-se como um "[...] evidente e confessado mestiço, apenas quarteirão." A questão não era racial, mas sim de lisura nas eleições. A maior parte da contestação de Nicanor do Nascimento foi utilizada para afirmar o quanto ele havia sido a favor da abolição e que era um grande admirador de José do Patrocínio: em suas palavras, o "grande" e "glorioso" "negro libertador".[94]

Monteiro Lopes apresentou documentos e respondeu a todas as acusações, antes mesmo do prazo que lhe foi dado de quatro dias.[95]

Finalmente, no dia 1° de maio de 1909, Monteiro Lopes foi empossado. Das galerias cheias da Câmara recebeu ruidosas manifestações, uma chuva de flores e pombas brancas foram soltas no recinto. Foi muito abraçado e comemorou com seus admiradores – a maioria negros – ali presentes.[96]

O deputado João de Siqueira pediu a palavra e disse que naquele dia a Câmara abria sua "porta larga" para dar entrada aos novos deputados, confirmando o pensamento daqueles que, como ele, se sacrifica-

---

[93] *Anais da Câmara dos Deputados*, 18/04/1909.
[94] Nicanor Nascimento, "A fraude não aproveitará aos fraudadores", *Anais da Câmara dos Deputados*, 30/04/1909, p. 111.
[95] Nascimento, "A fraude não aproveitará aos fraudadores", pp. 105-8.
[96] *Gazeta de Notícias*, 02/05/1909.

ram pelo 15 de novembro – cujo principal fim era alcançar a liberdade sem distinções de raça, de religião e de cor. Terminou seu discurso ao som de gritos de "Muito bem! Muito bem!".[97]

Alguns dias depois, porém, na *Gazeta da Tarde*, um autor anônimo dirigiu um longo texto a Monteiro Lopes. Assumindo um discurso autoritário, começou destacando (a suposta) retórica empolada e arrevesada do deputado recém-empossado, afirmando que, na verdade, ninguém levava a sério aquele que não passava de um "negro insolente":

> [...] **Pretinho audaz e sem escrúpulos**, escalando a vida através dessa audácia e dessa ausência de escrúpulos, diz o que lhe parece, como os direitos cômicos que lhe confere a sua ignorância, sem que ninguém lhe preste a atenção. Considerado figura decorativa da política carioca e cabeça de turco das seções humorísticas da imprensa, **a gente deixa-o** dizer o que entende, justamente porque ele não entende de coisa alguma.[98] (grifos meus)

O autor retirava, assim, toda a legitimidade do lugar ocupado por Monteiro Lopes, reafirmando hierarquias sociorraciais e relações de submissão, como se o deputado e seus admiradores, por serem negros, precisassem do aval de alguém para se expressarem. As comemorações do dia anterior pareceram-lhe por demais provocativas.

O anônimo seguiu sua argumentação, utilizando termos como "audaz, cretino, cínico" para se dirigir ao "deputado negro", ressaltando que ele se teria aproveitado do nome de José do Patrocínio – "grande morto da pátria" – para se promover. Para ele, Monteiro Lopes teria tido apenas uma relação apenas cerimoniosa com Patrocínio e, por essa apropriação pública insolente da figura de Patrocínio, Monteiro Lopes merecia o "vergalho".[99] As marcas da escravidão eram reafirmadas recorrentemente, a despeito dos esforços de muitos negros em se livrarem delas.

Exprimindo opiniões diferentes, alguns jornais de outras partes do país divulgaram homenagens à posse de Monteiro Lopes. O jornal *Commercio de Campinas* publicou um artigo do jornalista negro Bene-

[97] Nascimento, "Um reduto negro", p. 243.
[98] "Ecos do dia", *Gazeta da Tarde*, 14/05/1909.
[99] "Ecos do dia", 14/05/1909.

dito Florêncio, comemorando o fato de que 21 anos depois da abolição o primeiro negro entrava triunfante "pela porta larga da democracia republicana" para a representação nacional. Para Florêncio, Monteiro Lopes galgava, através da "escadaria branca" da Câmara, uma "brilhante posição política". O republicano histórico que havia lutado pela instauração do novo regime ao lado de Silva Jardim merecia a homenagem, pois, naquele momento, era o mais digno representante "da raça redimida". Essa consagração teria sido fruto do sofrimento, do esforço e do trabalho de todos os africanos e seus descendentes que tinham vivido e viviam no Brasil – heróis que teriam edificado "a grandeza decantada deste país fabuloso". Libertos da violência da escravidão, disse ele, os negros começaram a buscar a "educação social" e a "civilizar-se a passos de gigante e em vez de aumentarem as estatísticas criminais [...] se acotovelam nos bancos das escolas".[100]

Nesse mesmo sentido, ao avaliar o processo de aglutinação de "todas as classes de homens de cor" em torno da candidatura de Monteiro Lopes, um jornalista anônimo do *Correio da Manhã* afirmou que isso só foi possível porque era um movimento que já vinha ocorrendo há muito tempo. Segundo o jornalista, essa espécie de solidariedade racial permaneceu em "estado latente" desde a abolição, quando "ao negro foi concedido um lugar na humanidade [...] subindo na consideração geral e fazendo parte integrante da população da república, deixando de ser uma coisa para ser um cidadão".[101]

A partir de uma visão positiva do processo de mobilização, o jornalista considerou que a abolição e a república haviam aberto portas para os negros, prova disso seria a presença ilustre deles nas ciências, nas letras, nas artes, no magistério, na medicina, na advocacia, na literatura e no comércio. Faltava apenas um lugar: o Congresso Nacional. Por isso, em 1909, de "norte a sul da república havia ligas, clubs e associações onde indivíduos negros se agremiavam regularmente", convergindo "esforços para a formação de um forte partido político, chefiado pelo deputado negro, e por ele terçando as armas". Essa busca por um lugar no parlamento seria a origem do prestígio de Monteiro Lopes em

[100] *O Commercio de Campinas*, 13/05/1909.
[101] *Correio da Manhã*, 04/05/1909.

todos os estados da república, ratificou o articulista.

Ao argumento dominante de que seria vergonhoso, diante dos países ditos civilizados, haver no Brasil um representante negro no Congresso, o jornalista respondeu lembrando que a França aceitou como representante das Antilhas Francesas, o negro Legitimus – "[...] que soube impor-se à consideração dos seus pares". Se a França, modelo de civilização republicana, acolheu um negro em seu parlamento, por que o Brasil deveria excluir Monteiro Lopes? Esbulhar-lhe a cadeira "poderia provocar uma conflagração dos homens de cor", alertou. O medo de que ações políticas racializadas se tornassem comuns e conflitos raciais explodissem rondava aquela sociedade. Afinal, os impedimentos à posse de Monteiro Lopes trouxeram o debate sobre a formação de um partido negro.

Já em relação à mobilização dos negros do Rio Grande do Sul em torno de Monteiro Lopes, o jornalista fez questão de informar a seus leitores que "[...] não se tratava apenas de gente sem posição social definida, mas de cidadãos possuindo elementos de uma séria resistência, intelectuais a par de seus irmãos de classes menos abastados ou mesmo pobres [...]. Além disso, a repercussão da mobilização dos negros do sul do país favoreceu adesões em outros estados (como Pernambuco, Bahia e Ceará), produzindo um clima "[...] de embate de raças [...]". O próprio Monteiro Lopes declarou publicamente achar "[...] positivo a existência desses elementos dispersos, mas com o mesmo pensamento" e a "forte solidariedade" que recebeu de indivíduos e grupos negros pelo país.[102]

Parece que as pilhérias e os insultos racistas proferidos na imprensa de fato desagradaram a Monteiro Lopes, ao passo que as manifestações de solidariedade o inspiraram. Talvez, por isso mesmo, ele tenha planejado desfrutar tão intensamente da projeção pública alcançada com a sua diplomação. Era hora de comemorar, enfim, sua chegada à Câmara dos Deputados.

[102] *Correio da Manhã*, 04/05/1909. Quando Monteiro Lopes foi, por exemplo, a Campinas agradecer aos negros pelo apoio recebido, o jornal *Commercio de Campinas* deu destaque, entre outras coisas, a um grupo especial de admiradores do deputado: inúmeras "[...] pessoas de cor preta, principalmente, velhas e velhos e alguns abolicionistas [...]" choraram ao abraçar Monteiro Lopes [...]. Ver *Commercio de Campinas*, 21/07/1909. A entrada de um negro que demonstrava ter "orgulho de sua raça" no parlamento e na "roda da política nacional" significou, para essas pessoas, o reconhecimento público da importância e da capacidade dos negros, além de abrir novas possibilidades de ascensão social e participação na sociedade.

Monteiro Lopes em uma rua da cidade do Rio de Janeiro recebendo cumprimentos de eleitores. Jornal A Tribuna, 22/04/1909. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional

Ação política, lugares de memória e cidadania

O dia 13 de maio de 1909 foi um dia especial para os habitantes da cidade do Rio de Janeiro, então capital da república. Comemorava-se, como nos anos anteriores, com uma grande festa pública, o 21° aniversário da abolição da escravidão e a posse de Monteiro Lopes. O deputado negro e seus companheiros decidiram unir em uma só festa dois acontecimentos. Essa grande festa pública realizada na capital demonstra que o passado em comum de lutas pela liberdade durante a campanha abolicionista era um elemento fundamental dessa cultura política que ganhava as ruas no início do século XX. Afinal, um dos principais desdobramentos políticos do abolicionismo foi a entrada na cena política de escravos, libertos e homens livres pobres, ocupando os espaços públicos da cidade.[103]

Os jornais anunciavam que naquele ano a abolição seria "dignamente comemorada". A intenção de Monteiro Lopes e seu grupo era afirmar publicamente a igualdade de todos depois da abolição e da república; igualdade definitiva, cuja prova cabal seria sua própria eleição. Organizou atividades nas áreas mais centrais da cidade, conseguindo a colaboração de várias pessoas e entidades. As casas Rosenvald, Flora e Bogary mandaram ornar com flores o túmulo do negro José do Patrocínio, um dos mais populares abolicionistas do país; o ministro da Marinha cedeu bandas de música para o evento, assim como os Bombeiros e o Exército; a *Light* cedeu bondes gratuitamente e todos os edifícios públicos foram iluminados especialmente para a data. Os comandantes dos navios de guerra leram para os seus subordinados "patrióticas ordens, comemorando a lei que [...] igualou todos os brasileiros". Nos cinematógrafos do centro e dos subúrbios foram exibidas fitas "de apoteose à grande data, apresentando diversos retratos de heróis abolicionistas."

[103] Maria Helena Pereira Toledo Machado, "De rebeldes a fura-greves: as duas faces da experiência da liberdade dos quilombolas do Jabaquara na Santos pós-emancipação", in Flávio Gomes & Olívia M. G. da Cunha (orgs.), *Quase-cidadão* (Rio de Janeiro, FGV, 2007), p. 249.

"Dr. Monteiro Lopes - tipo parlamentar de hoje" Careta, charge de J. Carlos, 29/05/1909. Acervo da Fundação Casa Rui Barbosa

"As casacas de cor" - "Monteiro Lopes. Casaca branca. Pureza e candura...no contraste". O Malho, charge de Storni, 24/07/1909. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa.

No parque da Praça da República, festas escolares homenagearam a Lei Áurea. Em várias igrejas rezaram-se missas pelos abolicionistas mortos e pelo feliz resultado da eleição de Monteiro Lopes. Na Câmara dos Deputados uma sessão solene se realizou e o orador oficial do evento proclamou, em seu discurso "[...] que a entrada de Monteiro Lopes para o Parlamento brasileiro era uma afirmação de que o "preto", através do desenvolvimento do Brasil, aparecia sempre como elemento de força e de civismo em todos os poderes da pátria".[104] Dessa forma, Sabino mandava às favas os estigmas da escravidão e das teorias raciais correntes na época, aproximando os negros do progresso, da nacionalidade e do civismo – valores então dominantes.

Ainda sob a supervisão do próprio Monteiro Lopes, organizou-se a parte mais importante da festividade, amplamente noticiada pela imprensa: uma romaria ao túmulo de José do Patrocínio, no Cemitério do Caju. A *Gazeta de Notícias* registrou a presença de uma multidão composta por membros de associações de trabalhadores, sindicatos e irmandades negras, entre outros simpatizantes. Lá chegando, o deputado discursou, exaltando o "herói do 13 de maio". Interrompido diversas vezes por aplausos, terminou seu discurso defendendo a construção de uma estátua em homenagem a Patrocínio e dando vivas à república, que, segundo ele, buscou o seu próprio "nascimento no ocaso do sol de 13 de maio!". Monteiro Lopes marcava dessa forma a sua posse como o ápice da luta pela liberdade no país.

Em seguida, Lopes Trovão também discursou, afirmando aos ouvintes que assistia "desolado e triste" aos rumos que a república tomava ao "perseguir o povo e confiscar os seus direitos". Aquela não seria a república pela qual ele e Monteiro Lopes haviam brigado em seus comícios e lutas nas ruas. Ao fim do discurso, "foi delirantemente aplaudido". Depois, foi a vez do Professor Rego Medeiros. Apelando para o simbolismo abolicionista, levou consigo uma palma de samambaia e camélias brancas; lembrou que a eleição de Monteiro Lopes "era um dos maiores triunfos conquistados pela lei de13 de maio [...]". Por isso, não se podia aceitar que, depois da abolição, a república viesse estabelecer

[104] *Jornal do Brasil*, 14/05/1909.

distinções "de classe e de cores", afinal, todos os brasileiros teriam "sangue africano nas veias" e, por isso mesmo, louvava José do Patrocínio e sua obra, que haviam aberto espaço para a entrada de um negro no Parlamento.[105] Era assim que Monteiro Lopes queria ser visto e lembrado: como alguém que conquistou a duras penas a educação formal em instituições renomadas e que serviu à pátria e à liberdade, participando do movimento abolicionista, da campanha republicana e das lutas por direitos civis e sociais. Ao entrar pela "porta da frente" no Parlamento Brasileiro, desejava ser rememorado como alguém que tinha orgulho "de sua raça". E o que impressiona ainda mais é a opção em transformar a dupla comemoração em um espaço para a denúncia da discriminação racial e para a afirmação da igualdade entre negros e brancos naquela república.

A partir desse episódio, que envolve estratégias de expressão, mobilização e participação política, é plausível afirmar que uma parte importante da população negra criou estratégias e canais de participação a fim de lidar com aquele contexto no qual a discriminação racial e a representação política formal não atendiam às suas demandas.

O número de indivíduos, grupos e associações envolvidos na campanha e na posse de Monteiro Lopes extrapolou evidentemente o quantitativo de seus eleitores e os limites geográficos de sua atuação política direta. É digno de nota que Monteiro Lopes foi eleito pelo primeiro distrito da capital federal com cerca de 2.150 votos, vindos, em geral, do operariado e do baixo escalão do funcionalismo público.[106] E, ainda que seja difícil quantificar e dimensionar um perfil político ou socioeconômico das "multidões" que o acompanharam, não se pode descartá-las como evidências de que, ao menos, uma parte importante da população negra não estava imersa na apatia e na despolitização, como frequentemente lhe imputa a historiografia. Muito menos paralisada em função da disseminação das teorias raciais e dos estigmas da escravidão.

---

[105] Sobre as comemorações do 13 de maio de 1909 e as homenagens de Monteiro Lopes citadas, ver *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil* e *O Malho* entre os dias 13 e 15 de maio de 1909.

[106] Do 1° distrito da capital federal, Irineu Machado foi o mais votado, com 4.994 votos. O quinto e último candidato obteve 1.766, o que nos dá a dimensão da quantidade reduzida de eleitores na capital, que, na época, contava com cerca de 1 milhão de habitantes. Dados publicados no *Correio da Manhã*, 08/03/1909.

O processo de mobilização em torno da eleição do deputado negro envolveu o exercício da soberania popular – compreendida como uma prerrogativa republicana fundamental – levando às ruas e às praças públicas, à imprensa, aos sindicatos, às associações e ao parlamento a questão racial, as demandas e os projetos de intervenção daqueles que estavam distantes do sistema político-partidário formal, controlado pelas oligarquias estaduais. Portanto, ainda que o voto não fosse um direito amplo naquela sociedade, havia importantes grupos negros que valorizavam a esfera da representação formal e seus desdobramentos como um significativo espaço de participação política, evidenciando que existiam expectativas em relação aos processos eleitorais na Primeira República.

Essas eram práticas políticas identificadas a leituras compartilhadas do passado, que valorizavam a aproximação de uma república sonhada e não concretizada, as demandas pela ampliação da educação como elemento fundamental para a aquisição de cidadania, o alargamento dos espaços políticos e de expressão naquela sociedade e, por fim, uma posição crítica às barreiras existentes à ascensão social dos negros.

Monteiro Lopes e seus companheiros não queriam esquecer a abolição. Reviver e comemorar esse passado em festas públicas e lutar por sua imortalização em monumentos – como o projeto de construção de uma estátua em homenagem a José do Patrocínio, defendido por Monteiro Lopes – significava estabelecer lugares de memória, avaliar conquistas e inscrever-se no que estava sendo construído como a "história pátria".[107] Com suas próprias estratégias, criaram canais de expressão, organização e participação e assumiram, ainda que por pouco tempo, papéis de protagonistas políticos, dando visibilidade às suas demandas e impondo suas regras.

A trajetória de Monteiro Lopes e a mobilização em torno de sua posse são claros indícios de ações políticas na Primeira República, re-

[107] Depois das comemorações no Rio de Janeiro, Monteiro Lopes viajou para várias cidades do Sul, do Sudeste e do Nordeste do país, nas quais recebeu apoio, majoritariamente de entidades, associações e lideranças negras e operárias. Foi recebido por pequenas multidões com bandas de música, festas, banquetes, presentes e préstitos. Discursou em vários comícios, sacadas e janelas; visitou associações negras e de trabalhadores, escolas, igrejas, prefeituras e políticos locais. Também foi a Buenos Aires e Montevidéu, onde recebeu apoio de organizações e jornais operários durante a luta pela sua posse.

presentando uma das tantas experiências e possibilidades de atuação de homens negros no pós-abolição, cujo estudo os historiadores ainda estão muito longe de esgotar. Experimentando algo próximo do que Paul Gilroy denominou de "dupla consciência",[108] Monteiro Lopes, ao mesmo tempo em que buscou integrar-se aos meios políticos e intelectuais dominantes – não conseguindo plenamente por ser alvo constante de discriminação racial – aproximou-se de intelectuais, lideranças, entidades e trabalhadores negros, identificando-se e sendo identificado como um "líder da raça negra", embora tenha insistido em diferenciar-se da "massa iletrada". E, ainda que defendesse as prerrogativas universalistas e considerasse a integração dos negros dentro da lei e da ordem um projeto possível, racializou seu discurso político.

É possível concluir, então, que ao menos uma parte importante da população negra interferiu na ampliação da experiência de mobilização, cidadania e inclusão na jovem república, mesmo que os ganhos sociais e políticos resultantes daí tenham sido formalmente restritos. Para muito além das eleições fraudulentas ou das visões comprometidas dos ideólogos do "Estado Novo", os negros fizeram política na Primeira República, a partir de suas próprias demandas e projetos de poder.

***

Monteiro Lopes faleceu na cidade do Rio, aos 43 anos, no dia 13 de dezembro de 1910, em consequência de uma doença nos rins.[109] Não chegou a completar o seu mandato como deputado federal.

---

[108] Paul Gilroy, *O Atlântico negro. Modernidade de dupla consciência*, São Paulo: UCAM-CEAA; Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

[109] Vale registrar que José Correia Leite, em suas memórias, disse ter ouvido falar de "[...] um negro que chegou a alcançar projeção no meio político nacional. [...] Diziam ter sido um advogado que morreu louco. O nome dele era Monteiro Lopes. Nunca pude saber da história desse homem, apenas falavam do nome dele." Cuti (org.), *E disse o velho militante. José Correia Leite: depoimentos e artigos*, São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 43. Não encontrei nenhum outro registro que mencionasse que Monteiro Lopes tivesse algum problema de insanidade mental, apenas o próprio disse no plenário da Câmara, certa vez, que tinha estado afastado por algum tempo das atividades no recinto por estar doente e empenhado em uma luta eleitoral, presumo eu, pela eleição de Ezequiel de Souza para o Conselho Municipal. *Anais da Câmara dos Deputados*, 23/10/1909. Em todos os jornais consultados a causa da morte de Monteiro Lopes foi atribuída a uma doença nos rins.

Sua última intervenção no plenário da Câmara foi no dia 25 de outubro de 1910: votou a favor da anistia aos marinheiros envolvidos na Revolta da Chibata, justificando seu voto por concordar com as reivindicações dos revoltosos: o respeito às leis da república e o fim dos castigos corporais.[110]

Alguns jornais destacaram que o corpo de Monteiro Lopes foi enterrado com a beca de doutor em direito e em caixão de primeira classe. Até na hora da morte as distinções exteriores de prestígio e ascensão social desse homem negro foram referidas em tom elogioso, como se fosse algo incomum.[111] Os obituários enfatizaram uma vida permeada por dificuldades financeiras e seu esforço pessoal em lutar contra a discriminação racial no país.

Foto 3 legenda: Monteiro Lopes vestido com a beca de advogado, também utilizada nas sessões de reconhecimento na Câmara dos Deputados e com a qual foi enterrado. Jornal A Tribuna, 04/05/1909. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional

O velório aconteceu na casa do deputado, por onde passaram muitas pessoas, entre políticos, funcionários públicos, militares e operários. As fotos publicadas no *Jornal do Brasil* mostram a presença, no velório, de um grande número de negros e de membros da *Irmandade de São Benedito*, carregando o seu caixão, rumo ao Cemitério. Segundo o mesmo periódico, "um crescido número de pessoas de todas as classes sociais" foi-se despedir de Monteiro Lopes – o "grande defensor de sua raça".[112]

A imprensa noticiou amplamente o falecimento do deputado. Nenhuma nota nos periódicos ilustrados e humorísticos da cidade: as pilhérias e as sátiras deram lugar ao silêncio. Telegramas prestando condolências chegaram de várias partes do país.

Segundo seu colega de bancada, Bittencourt da Silva Filho, a entrada de Monteiro Lopes na Câmara provou que, na pátria e na república brasileiras, as portas da administração pública e do Congresso Naci-

[110] *Anais da Câmara dos Deputados*, 25/11/1910.
[111] *Jornal do Brasil*, 15/12/1910; *Gazeta de Notícias*, 13/12/1910.
[112] *Jornal do Brasil*, 15/12/1910.

onal estavam definitivamente abertas a todas as classes, raças e credos. Esta teria sido a missão do deputado recém-falecido.

Contudo, ainda que a trajetória de Monteiro Lopes seja representativa de uma importante forma de combate ao racismo na Primeira República, uma breve leitura dos jornais da chamada imprensa negra paulista, ou mesmo da grande imprensa carioca, evidencia que esse esforço continuava, depois de sua morte, a enfrentar muitos obstáculos.

Texto recebido em 27/04/2010 e aprovado em 02/12/2010

Resumo

Este artigo discute a experiência de mobilização, participação e ação política em torno da eleição do advogado e político negro Monteiro Lopes para deputado federal no Rio de Janeiro em 1909.

Palavras-chave: Primeira República - mobilização negra - relações raciais - lideranças negras - Monteiro Lopes

Abstract

This article discusses the experience of mobilization, participation and political activity around the election of black politician and lawyer Monteiro Lopes (1867-1910) to Congress in Rio de Janeiro, in 1909.

Keywords: *First Republic - black mobilization - race relations - black leaders - Monteiro Lopes*